



**EDITAL DE LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023**

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Unidade Gestora "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", comunica aos interessados que está promovendo o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº178/2023**, na **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com a finalidade de selecionar proposta, sob regime de retirada de acordo com a necessidade apresentada, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com o disposto na Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada, Decreto Municipal nº 4.324/2020 e Decreto Municipal nº3.245/2014, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: do dia 26/10/2023 a partir das 14h00min até o dia 10/11/2023 às 14h00min.

Abertura das propostas: dia 10/11/2023 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 10/11/2023 às 14h10min.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL** www.bll.org.br e do **Município de Herval d'Oeste** www.hervaldoeste.sc.gov.br, ou poderá ser solicitado através do e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br e/ou

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS.

Pregoeiro: Rubens Antônio Correia, e/ou pelo e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br, e no site Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL: www.bll.org.br.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO.

1.1. DO OBJETO:

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Mobiliário para diversos espaços do Centro Municipal de Educação Infantil Castelo Encantado, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação dos objetos da presente licitação, conforme tabela constante do Anexo I deste edital.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1. A forma de execução do objeto deste Edital encontra-se devidamente especificado no Termo de Referência (Anexo I).

1.2.2. O sistema de Registro de Preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover a contratação do licitante vencedor do pregão.

2. DO ACESSO AO SISTEMA/CADASTRAMENTO:

2.1. Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, por meio da Rede Mundial de Computadores – *INTERNET*.

2.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, por meio da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

2.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à “**Bolsa de Licitações do Brasil (BLL)**”, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

2.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de “**Chave de Identificação e de Senha**”, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.3.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.3.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

2.4. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderá participar deste certame toda e qualquer pessoa jurídica, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo **ramo de atividade seja pertinente e compatível** com o objeto da presente licitação, bem como *esteja devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br.*

3.2.

a) *É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (redação dada em conformidade com o acordo 1.201/2020, do TCU).*

3.3. **Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá anexar a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.**

3.4. Será concedido ***tratamento favorecido*** para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

3.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **Anexo III** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, **verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP** no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

3.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos com a Administração Municipal de Herval d'Oeste, na forma da legislação vigente;

3.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.4. Servidor, agente político ou responsável pela licitação que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.5.5. Interessados reunidos em forma de consórcios ou grupos de empresa;

3.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU-Plenário).

3.5.7. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.6. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), **sob pena de desclassificação**.

3.7. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.8. *Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail **contato@bll.org.br**.*

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.2. A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Ser apresentada por item/lote e soma total do item/lote, com valores expressos em reais;
- c) Deverá ser indicada a **MARCA/FABRICANTE do item/lote**;
- d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com **02 (duas) casas decimais**.

Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração;

e) **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.**

4.3. **Os preços unitários e/ou lotes, não poderão ultrapassar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), sob pena de desclassificação (Art. 40, inciso X da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).**

4.3.1. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR LOTE.**

4.5. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.

4.6. Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

4.6.1. O Pregoeiro considerará como formais, erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

4.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.7.1. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.8. **Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.**

4.9. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

4.9.1. Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o pregoeiro aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da empresa melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

4.9.1.1. Caso a empresa melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do pregoeiro via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

4.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

- c) Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- i) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) Estudos setoriais;
- k) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- m) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

4.11. A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

4.12. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

4.13. Com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO:

5.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas, o pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, **na data e horário previstos neste Edital**, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

6. DO MODO DE DISPUTA:

6.1. O modo de disputa definido neste Pregão será **aberto**, conforme inciso I, art. 31 do decreto nº. 10.024/2019:

- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas “a” e “b”, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7. FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, **quando então as licitantes poderão**

encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO DO LOTE.

7.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

7.3.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO DO LOTE**.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.5. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

7.5.1 O tempo para o registro de lances será de dez minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública

7.6. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante cujo preço foi o menor.

7.8. Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a preferência de contratação para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, consoante a Lei Complementar Municipal nº 133 de 23 de abril de 2015, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.8.1. Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.8.2. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O sistema fará a ordem de classificação dos microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

b) Todos os microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 7.9.2, "a", poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances

do respectivo item, sob pena de preclusão;

c) Caso tenha apresentado novo lance, o primeiro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentados pelos demais microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte;

d) Não ocorrendo à contratação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.9.2, "c", será declarado vencedor o próximo microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 7.9.2, "a", que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

e) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.9.1, prevalecerá a proposta que foi recebida e registrada em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

8.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro divulgará a melhor proposta classificada a participar da etapa de lances para cada item e/ou lote, e as propostas desclassificadas se houverem.

8.2. Na hipótese da proposta de menor valor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.3. Será **desclassificada** a proposta que:

8.3.1. Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

8.3.2. Apresente preço ou vantagem baseada em outras propostas;

8.3.3. Apresente preço excessivo ou manifestamente inexequível;

8.4. Transcorrida a etapa de lances, será considerado excessivo o preço do último lance, ou do valor negociado com o pregoeiro, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que for composto por preço unitário superior ao máximo unitário admitido pela licitada, conforme a estimativa de preços constante do Anexo I – Termo de Referência.

8.4.1. O pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.5. Não será aceita pelo pregoeiro proposta de preço que contemple preço unitário acima dos preços unitários máximos estabelecidos pela administração.

8.6. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços

quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela administração.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Encerrada a etapa de lances, para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:

9.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
- b) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou;
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) **Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação**, conforme modelo de Declaração Conjunta (ANEXO IV).

Obs.: Se for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.

9.1.2. Quanto a **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (**CNPJ**), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **Estaduais**, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos **Municipais**, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

9.1.3. **Qualificação Econômica – Financeira - Falência e Concordata:**

- a) **Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data

fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

a.1) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (*redação dada em conformidade com o acórdão 1.201/2020 do TCU*).

9.1.4. Quando à **Qualificação Técnica**:

a) **Atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante esteja executando ou tenha executado serviços compatíveis como objeto desta licitação/termo de referência.

9.1.5. **Dados bancários**: nome do banco, nº da agência, nº da conta corrente em nome da proponente e dados do representante legal, conforme **Anexo V**.

9.1.5.1. Caso os dados bancários sejam alterados, anteriormente a realização do pagamento, a proponente vencedora deverá informar os dados bancários atualizados ao Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste.

9.1.6. Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo de Declaração Conjunta (**ANEXO IV**).

9.1.7. Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo de Declaração Conjunta (**ANEXO IV**).

9.1.8. Declaração que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Leis de Licitações, conforme modelo de Declaração Conjunta (**ANEXO IV**);

9.1.9. Declaração que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei, conforme modelo de Declaração Conjunta (**ANEXO IV**).

9.2. **O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será INABILITADO**, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

9.3. As microempreendedoras individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a documentação elencada nos subitens seguintes:

9.3.1. **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial** da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

9.3.1.1. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.3.1.2. A Certidão deve estar **atualizada**, ou seja, emitida a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

9.3.1.3. No caso de Microempreendedor Individual (MEI), o documento a ser apresentado é o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)**, emitida a menos de **60 (sessenta) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br, na forma que prescreve o art. 3º, IX, da Resolução nº 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

9.3.2. **Declaração de enquadramento** em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (*modelo Anexo III*).

9.3.2.1. Caso o (a) licitante seja **MEI**, considera-se como modalidade de **microempresa**, conforme § 3º art. 18-E, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

9.3.3. **A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

9.3.4. O Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

9.3.4.2. Entende-se o termo “**declarado vencedor**” de que trata a cláusula anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.3.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.3.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:

10.1. **Os documentos de habilitação solicitados deverão ser anexados no sistema de compras eletrônicas, endereço www.bll.org.br, devendo o licitante anexar ao processo deste pregão quando do cadastramento da proposta de preço.**

10.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90(noventa) dias contados a partir da data de emissão.

10.2. Os documentos relativos à habilitação prevista no item 09 e seguintes e as declarações deverão ser providenciados pelos participantes até o horário da sessão. Todos os documentos devem ser anexados dentro dos documentos na plataforma de pregão eletrônico, independente do campo, que o pregoeiro analisará se os documentos foram anexados, não sendo prejudicada ou inabilitada por falta de ordem, ou

anexados em campos não correspondentes, pode ser anexado mais de um documento em um mesmo arquivo, os documentos que não tiverem campos idênticos marcados na plataforma do pregão eletrônico poderão ser anexados no campo "outros documentos" ou em qualquer outro campo que a empresa desejar.

10.3. É de suma importância que os licitantes mantenham sua ***habilitação atualizada*** junto ao sistema, visto que o pregoeiro inabilitará o licitante no certame caso na fase da habilitação verifique-se algum documento faltante ou vencido no sistema de compras eletrônicas (ressalvada a condição expressa no item 9.3.4 deste edital).

10.4. Caso os licitantes não possuam todos os documentos com ***autenticação digital***, os originais dos documentos exigidos neste edital, deverão ser entregues ao pregoeiro, no seguinte endereço: Rua Nereu Ramos Nº 390 Centro, Herval d'Oeste SC, CEP 89.610-000, no prazo de até "***05 (cinco) dias úteis***" a contar do encerramento da sessão, transcorrida no sistema de compras eletrônicas, em que declarou a empresa habilitada.

10.5. Toda a documentação encaminhada ao Pregoeiro deverá ser apresentada no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

10.6. A responsabilidade do upload dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim deverá anexar todos os documentos solicitados no edital.

10.6.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.7. Ao encerrar o pregão, o Pregoeiro analisará a Documentação de Habilitação relacionada no item 9 e as Declarações anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por *upload*, como condição para comprovação de sua habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o *upload* dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração relacionados no referido item 9, a mesma será considerada INABILITADA.

10.8. Os documentos tratados no item 09 só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.

10.9. A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

10.10. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.

11.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis, antes da data designada para a realização do Pregão, não sendo computado para a contagem do referido prazo a data fixada para o fim do recebimento das propostas, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site www.bll.org.br.

11.2. Caberá ao Pregoeiro auxiliado pela unidade requisitante, decidir no prazo de 24 (vinte e quatro)

horas, sobre a impugnação interposta.

11.3. Se procedente e acolhida à impugnação, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

11.4. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

11.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site www.bll.org.br.

11.6. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, as quais ficarão disponíveis no site www.bll.org.br, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, as quais deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site www.bll.org.br, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

12.2. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

12.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente que homologará e fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

12.6. O recurso interposto contra um dos itens licitados, não impede a administração de proceder a homologação e contratação dos demais.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

13.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar Termo Contratual, Ata de Registro de Preços e/ou Documento Equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Herval d'Oeste, sob pena de decair do direito ao Registro de Preços, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 15.

13.1.1. Alternativamente à convocação, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado também no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2. Para esta licitação, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, **sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras**, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

13.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

13.4.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

13.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.4.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

13.4.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

13.4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

14.1. Cabe ao Município:

14.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

14.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

14.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

14.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;

14.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

14.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

14.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

14.2. Cabe à Proponente Vencedora:

14.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o Termo de Referência.

14.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

14.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

14.2.5. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

14.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

15. DAS SANÇÕES:

15.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente Contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e

impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

15.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente Contratada.

15.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

15.4. O Município observará a boa-fé da proponente Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

15.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

15.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

15.5.3. A porcentagem de 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

15.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

15.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

15.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

15.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

15.7.1. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

15.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15.8 Para efeitos de penalidades, serão adotados os procedimentos administrativos em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.883/2011.

16. DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO CONTRATO:

16.1. O Contrato do fornecedor poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

16.1.1. Pela Administração, quando:

- a) O fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou no Contrato;
- b) O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato;
- c) O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

16.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pela Autoridade Competente, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

16.3. A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 16.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

16.4. No caso do fornecedor não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Herval d'Oeste/SC, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

16.5. A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório; caso não aceitas as razões do pedido.

16.6. O cancelamento do Contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados, por despacho da autoridade competente do órgão licitante.

17. DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO:

17.1. Fica estabelecido que com a(s) empresa(s) vencedora(s) será celebrado Contrato, conforme minuta em anexo, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim ou recebimento do mesmo via Correios, ou ainda podendo ser assinado de forma digital, desde que a empresa possua o devido certificado digital para este fim sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93.

17.2. O contrato, proveniente da presente licitação, **terá vigência de 12 (doze) meses a contarem da Assinatura do mesmo**, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

17.3. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o Contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação, sem prejuízo do disposto ao item 11.5 e seguintes.

17.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº

8.666/93 e suas alterações posteriores, artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "c" e "d", observado o que dispõe os parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

17.5. A execução Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.6. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como gestor e/ou fiscal de execução do Contrato e do presente Procedimento Licitatório, o(a) servidor(a) *** que será nomeado(a) para este fim através da Portaria nº ****/2017, nos termos da IN CCI Nº 001/2017, o qual deverá ser entregue, mediante recibo(s), certificado(s) nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.**

18. DO DOCUMENTO FISCAL:

18.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação.

18.1.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

• **Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro - Herval d'Oeste - Santa Catarina - CNPJ nº 82.939.40/0001-38;**

18.2. A proponente vencedora deverá enviar e-mail do documento fiscal (ARQUIVO xml), imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Empenhos e Notas Fiscal. Fone: (049) 3554- 0922 | E-mail: notafiscal@hervaldoeste.sc.gov.br.

18.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

19. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

19.1. Os itens objetos desta licitação deverão ser entregues nos locais indicados na Autorização de Fornecimento e deverão ocorrer até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após a solicitação feita pela respectiva Secretaria Responsável.

19.2. As despesas de deslocamento e entrega do bem; como o serviço de disposição do mobiliário correrá por conta da Contratada.

20.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS.

20.1. O pagamento devido à vencedora será efetuado em até 30 dias após entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Faturas, devidamente atestada(s) pela unidade competente, acompanhada das certidões negativa de débitos junto ao INSS (Federal) e regularidade de FGTS, e mediante Aprovação/Liberação.

20.2. Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente que justifique a aplicação, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

- 20.3. No que concerne ao critério da atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data do adimplimento do objeto desta licitação, até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á atualização decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI(FVG) ou outro que venha a substituí-lo.
- 20.4. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos.

21. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1 - Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante e de transferências constitucionais e legais.

21.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2023, conforme Lei Orçamentária nº 3.626/2020 de 07/12/2022, na seguinte rubrica, ou outra que vier a ser criada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Atividade: Aquisição de Material Permanente Relativo a Educação Infantil.

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 0011.1008.4.4.90.00.00.

Função Programática: 06.001.12.365.0011.1008.4.4.90.00.00.

Reduzido: 50.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

22.3. Caberá a Autoridade Competente, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

22.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Lei Complementar nº 123/06 Decreto Municipal nº 2577/2009 e Decreto Municipal nº 3.245/2014.

22.5. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no parágrafo 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

22.6. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

22.7. Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 07 (sete) anexos, a saber:

- I. *Termo de Referência;*
- II. *Modelo da Proposta de Preços;*
- III. *Modelo da Declaração de MEI, ME ou EPP;*
- IV. *Declaração Conjunta;*
- V. *Dados Bancários;*
- VI. *Ata de Registro de Preços;*
- VII. *Detalhamento de Marcenaria.*

22.8. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração Licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o artigo 21, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura das Propostas e Documentos de Habilitação;

22.9. Para dirimir as questões decorrentes do presente processo licitatórias fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Herval d'Oeste, 19 outubro de 2023.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Objeto

Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Mobiliário para diversos espaços do Centro Municipal de Educação Infantil Castelo Encantado, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação dos objetos da presente licitação.

Lote 01 - Lactários					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
1	<p>Lactário: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Móvel em MDF branco TX. Tamanho: 185 cm de comprimento x 90 cm de altura total e 55 cm profundidade, com uma cuba de inox. Cuba redonda, tamanhos: 38 cm de comprimento x 38 cm de largura 17 cm de profundidade (medidas aproximadas). Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. E uma borda 2x2 cm na emenda com a parte traseira superior da bancada.</p> <p>O tampo de granito deverá ter um espaço para colocação de um fogão elétrico embutido de 4 a 5 bocas com medidas aproximadas de 69 cm x 46 cm. Também deverá ter parte seca e parte molhada.</p> <p>Móvel com uma divisória na horizontal e uma na vertical. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 41 cm de comprimento x 12 cm de altura x 48 cm de profundidade e corredeiras em trilho oculto. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm.</p> <p>OBS: cuba inclusa no orçamento</p>	UND	01	R\$ 3.534,33	R\$ 3.534,33
2	<p>Lactário: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Móvel em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 120 cm de comprimento x 90 cm de altura total e 50 cm profundidade. Móvel com uma divisória na horizontal e uma na vertical. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas) com ponteira fosco alumínio. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6mm.</p>	UND	01	R\$ 1.579,00	R\$ 1.579,00
20	<p>Lactário: Móvel aéreo em MDF branco TX 18mm. Tamanho: 185 cm de comprimento x 100 cm de altura x 33 cm de profundidade. Móvel com duas divisórias na horizontal e três na vertical. Com nichos de 44 cm de comprimento x 31 cm de altura x 29 cm de profundidade. Com 4 portas de giro e puxadores perfil Bilbao (na horizontal nas portas) com ponteira fosco alumínio. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. Colocar parafuso bucha espessa nos 4 cantos do móvel para fixar na parede."</p>	UND	01	R\$ 974,00	R\$ 974,00

Lote 02 - Biblioteca					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
3	Biblioteca: Estante para livros em MDF bege ou cinza TX de 18 mm. Tamanho: 290 cm de comprimento x 82 cm de altura x 25 cm de profundidade (na parte superior) x 40 cm de profundidade (na parte inferior). Móvel com duas divisórias na vertical e uma na horizontal. As prateleiras devem ter um perfil em MDF de 1,8 cm largura x 7 cm de altura (para segurar os livros) e devem ter aproximadamente 15% de inclinação para apoiar os livros. A parte atrás das prateleiras deverão ter aproximadamente 15% de inclinação e a parte traseira deverá ser aberta (deixando aparente o mdf com inclinação, conforme imagem ilustrativa constada no detalhamento).	UND	01	R\$ 1.557,00	R\$ 1.557,00
4	Biblioteca: Móvel em MDF bege ou cinza TX. Com comprimento total de 314 cm de comprimento, dividido em 3 partes. A primeira parte do móvel com dimensões: 110 cm de comprimento x 190 cm de altura x 57 de profundidade com MDF 18 mm. Deverá ter 3 divisórias horizontais e uma vertical, com nichos de 52 cm de comprimento x 42 cm de altura. A segunda e a terceira parte do móvel com dimensões: 100 cm de comprimento x 290 cm de altura MDF 18 mm. Com 2 portas de giro, uma divisória vertical e uma divisória horizontal na parte inferior, com profundidade de 57 cm. Na parte superior, 4 divisórias horizontais em MDF 30 mm. Tamanho dos nichos na parte superior: 96 cm de comprimento x 38 cm de altura x 32 cm de profundidade. Deverá ter reforço, principalmente nos nichos maiores. Móvel total com 14 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. Obs: terá parte com 18 mm e partes com 30 mm.	UND	01	R\$ 4.521,00	R\$ 4.521,00

Lote 03 - Secretaria					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
5	"Secretaria: Móvel em MDF bege ou cinza TX MDF 18 mm. Tamanho: 230 cm de comprimento x 85 cm de altura x 40 cm de profundidade. Móvel com 2 divisórias na horizontal e 3 divisórias na vertical. Com 3 portas de correr em MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do móvel e puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas) com ponteira fosco alumínio. Com rodapé 10 cm de altura, recuado 7 cm para trás. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm."	UND	01	R\$ 8.071,00	R\$ 8.071,00
6	Secretaria: Móvel em MDF bege ou cinza TX MDF 18 mm. Tamanho: 230 cm de comprimento x 85 cm de altura x 40 cm de profundidade. Móvel com 2 divisórias na horizontal e 3 divisórias na vertical. Com 3 portas de correr em MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do móvel e puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas) com ponteira fosco alumínio. Com rodapé 10 cm de altura, recuado 7 cm para trás. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm."	UND	01	R\$ 2.172,00	R\$ 2.172,00

Lote 04 - Lavanderia					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
8	Lavanderia: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 20 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Móvel em MDF branco TX MDF 18 mm. Tamanho: 190 cm de	UND	01	R\$ 3.282,00	R\$ 3.282,00

	comprimento x 92 cm de altura x 50 cm de profundidade. Móvel com uma divisória na horizontal e duas na vertical. Com 2 portas de correr e dois gavetões em MDF 18 mm. Os gavetões deverão ter medidas internas de 47 cm de comprimento x 28 cm de altura x 41 cm de profundidade e corrediças em trilho oculto. As portas serão divididas pelo comprimento do tamanho do balcão (fora os gavetões) com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nos gavetões) com ponteira fosco alumínio. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm.				
9	Lavanderia: Móvel aéreo da lavanderia em MDF branco TX. Tamanho: 190 cm de comprimento x 100 cm de altura x 33 cm de profundidade. Móvel com duas divisórias na horizontal e três na vertical. Com 4 portas de giro e puxadores perfil Bilbao (na horizontal nas portas) com ponteira fosco alumínio. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. As portas deverão ter três dobradiças cada. Colocar parafuso bucha espessa nos 4 cantos do móvel para fixar na parede."	UND	01	R\$ 1.916,33	R\$ 1.916,33

Lote 05 - Cozinha					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
7	"Fruteira: Móvel em MDF branco TX MDF de 18 mm. Tamanho: 114 cm de comprimento x 161 cm de altura x 50 cm de profundidade. Móvel com uma divisória vertical e três divisórias horizontais. As prateleiras devem ter um perfil em MDF 1,8 cm de largura x 8 cm de altura (para as frutas não caírem) cada uma. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm."	UND	01	R\$ 1.536,67	R\$ 1.536,67
10	Higienização de Alimentos: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Móvel em MDF branco TX 18 mm. Tamanho: 180 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade. Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. E uma borda 2x2 cm na emenda com a parte traseira superior da bancada. Com uma divisória horizontal e uma vertical. Com 3 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas) com ponteira fosco alumínio. Com 8 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. OBS: cuba inclusa no orçamento OBS: Deverá ter parte molhada e seca no granito.	UND	01	R\$ 2.749,33	R\$ 2.749,33
11	Cozinha: Torre quente Torre de fornos em MDF branco TX 18 mm. Tamanho: 75 cm de comprimento x 250 cm de altura x 60 cm de profundidade. Com 2 portas de giro, duas divisórias horizontais e puxadores com alça metal cromada. Com 2 gavetões e puxadores perfil Bilbao (na horizontal) com ponteira fosco alumínio. Duas prateleiras com espessura de 30 mm e duas peças de granito cinza corumbá de 20 mm em cima das prateleiras. Reforço nas laterais para colocar o granito. Os gavetões deverão ter medidas internas de 67 cm de comprimento x 28 cm de altura x 56 cm de profundidade e corrediças em trilho oculto. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm nos 2 gavetões e nas 2 portas em cima. A parte traseira atrás dos fornos ficará aberta.	UND	01	R\$ 1.925,67	R\$ 1.925,67

12	Cozinha: Mesa em granito cinza corumbá 20 mm e tampo com 40 mm. Com uma trava centralizada na vertical de 20 mm, para tornar a mesa mais resistente. Bordas e pingadeira em granito cinza corumbá 40 mm. Tamanho: 70 cm de comprimento x 90 cm de altura x 70 cm de largura.	UND	01	R\$ 1.763,33	R\$ 1.763,33
13	Cozinha: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Móvel em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 242 cm de comprimento x 90 cm de altura total e 60 cm profundidade, com duas cubas de inox. Caba retangular, tamanhos: 56 cm de comprimento x 34 cm de largura 18 a 20 cm de profundidade (medidas aproximadas). Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. E uma borda 2x2 cm na emenda com a parte traseira superior da bancada. Móvel com duas divisórias na vertical e uma na horizontal. Com 3 portas de correr e 4 gavetas em MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 56 cm de profundidade e corredeiras em trilho oculto. Com 8 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. Deverá ter parte seca e molhada no granito. OBS: caba inclusa no orçamento	UND	01	R\$ 4.254,00	R\$ 4.254,00
14	Cozinha: Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Móvel em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 217 cm de comprimento x 90 cm de altura x 60 cm de profundidade, com uma caba de inox. Caba retangular, tamanhos: 50 cm de comprimento x 40 cm de largura 25 cm de profundidade (medidas aproximadas). Móvel com uma divisória na horizontal e duas na vertical. Com 3 portas de correr e 4 gavetas em MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. Com 6 pés de plástico resistente. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 56 cm de profundidade e corredeiras em trilho oculto. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. Deverá ter parte seca e molhada no granito OBS: caba inclusa no orçamento	UND	01	R\$ 3.495,00	R\$ 3.495,00
15	Cozinha: Móvel aéreo em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 217 cm de comprimento x 90 cm de altura x 33 cm de profundidade. Móvel com duas divisórias na horizontal e três na vertical. Com nichos de 52 cm de comprimento x 27 cm de altura x 29 cm de profundidade. Com 4 portas de giro e puxadores perfil Bilbao (na horizontal nas portas) com ponteira fosco alumínio. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. Colocar parafuso bucha espessa nos 4 cantos do móvel para fixar na parede.	UND	01	R\$ 1.220,50	R\$ 1.220,50
16	Cozinha: Carrinho de apoio em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 70 cm de comprimento x 75 cm de altura x 50 cm de profundidade. Com duas bandejas com base 18 mm e altura de 50 mm para servir de apoio. Com perfis em MDF nos 4 cantos 4x4 cm, e 4 rodinhas de silicone resistente.	UND	01	R\$ 853,67	R\$ 853,67

Lote 06 - Escadas					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
17	Escada – Berçário II e III: Escada em MDF branco TX de 18 mm. Tamanho: 60 cm de largura x 120 cm de comprimento x 92 cm de altura x 40 cm de profundidade (cada pisante). Cada pisante deverá ser em MDF 18 mm e a caixaria também. Os pisantes deverão ficar 20 cm aparentes (para fora) e 20 cm embaixo do pisante de cima (para dentro). A altura de cada degrau deverá ser 14 cm (descontando 18 mm dos pisantes).	UND	02	R\$ 1.145,33	R\$ 2.290,66

Lote 07 - Depósito e Despensa					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
18	Depósito: Armário em MDF branco TX 18 mm. Móvel em formato U, com as seguintes dimensões: lado maior com 257 cm de comprimento x 250 cm de altura x 40 cm de profundidade, totalizando 24 nichos. Lado mediano com 150 cm de comprimento x 250 cm de altura x 25 cm de profundidade, totalizando 18 nichos. E lado menor com 147 cm de comprimento x 250 cm de altura x 40 cm de profundidade, totalizando 18 nichos. Deverá ter um perfil em MDF branco TX de 4x4 cm e altura de 234 cm para dar sustentação ao móvel na divisão do lado mediano com o lado menor. Com 5 divisórias na horizontal e 8 na vertical. Com 18 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm.	UND	01	R\$ 6.128,33	R\$ 6.128,33
19	Despensa: Armário em MDF branco TX de 18 mm. Móvel em formato U, com as seguintes dimensões: lado maior com 227 cm de comprimento x 250 cm de altura x 50 cm de profundidade, totalizando 24 nichos. Lado mediano com 188 cm de comprimento x 250 cm de altura x 50 cm de profundidade, totalizando 18 nichos. E lado menor com 127 cm de comprimento x 250 cm de altura x 50 cm de profundidade, totalizando 12 nichos. Com 5 divisórias na horizontal e 6 na vertical. Deverá ter 2 perfis em MDF branco TX de 4x4 cm e altura de 234 cm para dar sustentação ao móvel. Com 18 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm.	UND	01	R\$ 6.246,67	R\$ 6.246,67

Lote 08 - Caseiros					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
21	Caseiros para brinquedos em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 190 cm comprimento x 101 cm altura total x 60 cm profundidade. Quantidade total 07 caseiros. Sendo 6 caseiros tamanho 45 cm largura x 41 cm altura, e 1 caseiro com 92 cm largura X 41 cm de altura. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm. Pés de plástico de 12 cm (6 unidades) e tampo de MDF de 30 mm. " - Berçário I, B II, B III e M II	UND	05	R\$ 1.484,00	R\$ 7.420,00
22	Caseiros para mochilas, em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 229 cm comprimento x altura total 131 cm x 45 cm de profundidade. Quantidade total 18 caseiros. Tamanho dos caseiros 36 cm largura x 37 cm altura. Medidas aproximadas medir no local. Com 8 pés de 12 cm de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm. " - Berçário II e B III.	UND	02	R\$ 1.863,67	R\$ 3.727,34
23	Caseiros para brinquedos na sala de aula em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 220 cm de comprimento	UND	02	R\$ 1.680,33	R\$ 3.360,66

	x altura total 101 cm x 60 cm profundidade. Tampo de MDF de 30 mm. Quantidade total de caseiros 8. Sendo 6 caseiros de 42 comprimento x 41 cm altura. dois caseiros de 85 cm comprimento x 41 cm altura. Com 8 pés e 12 cm de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Berçário II e BIII				
24	Caseiros para mochilas em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 211 cm comprimento x altura total 119 cm x 55 cm de profundidade. Quantidade total 18 caseiros tamanho dos caseiros 33 cm de comprimento x 33 cm de altura. Com 8 pés de 12 cm em plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Maternal I	UND	01	R\$ 1.774,00	R\$ 1.774,00
25	Caseiro para brinquedos para sala de aula em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 236 cm comprimento x altura total 101 cm x 60 cm profundidade. Quantidade total de 8 caseiros. 6 caseiros (41 altura x 45 cm comprimento) 2 caseiros de 41 cm de altura x 92 cm comprimento. Com 8 pés de 12 cm de plástico resistente. Tampo em MDF de 30 mm. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Maternal I e M III	UND	04	R\$ 1.798,67	R\$ 7.194,68
26	Caseiros para mochilas em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 176 cm comprimento x altura total 119 cm x 55 cm de profundidade. Quantidade total 15 caseiros tamanho dos caseiros 33 cm x 33 cm. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Maternal II e M III	UND	02	R\$ 1.629,67	R\$ 3.259,34
27	Caseiros para mochilas em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 154 cm comprimento x altura total 119 cm x 55 cm de profundidade. Quantidade total 12 caseiros. Tamanho dos caseiros: 33 cm altura x 36 cm de comprimento. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Maternal II e M III	UND	02	R\$ 1.495,00	R\$ 2.990,00
28	Caseiros para mochilas em MDF de 18 mm branco TX. Tamanho: 100 cm comprimento x altura total 140 cm x 45 cm de profundidade. Quantidade total 9 caseiros. Tamanho dos caseiros: 40 cm altura x 30 cm de comprimento. Com 4 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 3 mm." - Berçário I	UND	02	R\$ 1.106,67	R\$ 2.213,34

Lote 09 - Armários					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
29	Armário em MDF branco TX com 18 portas (16 superiores e 2 inferiores) 2 portas deverão ter chave, e todas com puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter três dobradiças cada. Deve ter reforço na colocação das prateleiras para nichos. Tamanho: 375 cm de comprimento x altura total 295 cm x 65 cm de profundidade com rodapé de 10 cm em MDF branco TX 18 mm. Dois nichos grandes com dimensão de 138 cm de comprimento x 105 cm de altura, para guardar colchonete, 7 divisórias internas na vertical e 7 divisórias na horizontal, totalizando 46 caseiros internos (altura do caseiro de 33 cm x 45 cm comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. - Maternal II e M III	UND	02	R\$ 6.744,33	R\$ 13.488,66
30	Armário em MDF branco TX 18 mm, com 6 portas superiores. 2 portas deverão ter chave, e todas com puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter três dobradiças cada. Deve ter reforço na colocação das prateleiras para nichos. Tamanho: 200 cm de comprimento x 295 cm de altura x 65 cm de profundidade. Com rodapé de 10 cm em MDF branco TX. Um nicho grande com dimensão de 138 cm de comprimento x 200 cm de altura, para guardar colchonetes, 3 divisórias internas na vertical e 6 divisórias na horizontal, totalizando 13 caseiros internos	UND	01	R\$ 3.925,33	R\$ 3.925,33

	(6 caseiros com altura de 38 cm x 44 cm comprimento e 7 caseiros com altura de 38 cm x 57 cm de comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. - Maternal I				
31	Armário em MDF branco TX 18 mm, com 2 portas, puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter quatro dobradiças cada. Tamanho: 90 cm de comprimento x 210 cm de altura x 45 cm de profundidade. Com 4 pés de plástico resistente. 10 caseiros internos (altura do caseiro de 37 cm x 42 cm comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm." - Berçário I	UND	01	R\$ 1.519,67	R\$ 1.519,67
32	Armário para pertences funcionários , em MDF branco TX de 18 mm com 10 portas, todas deverão ter chave. Puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter duas dobradiças cada. Tamanho: 90 cm de comprimento x 210 cm de altura x 35 cm de profundidade. Com 4 pés de plástico resistente. 10 caseiros internos (altura do caseiro de 37 cm x 42 cm comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm.	UND	01	R\$ 1.687,67	R\$ 1.687,67
33	Armário aéreo em MDF branco TX de 18mm, com 2 portas, puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter quatro dobradiças cada. Tamanho: 100 cm de comprimento x 80 cm de altura x 30 cm de profundidade. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm." - Refeitório	UND	01	R\$ 665,00	R\$ 665,00
42	Armário em MDF branco TX de 18 mm, com 16 portas superiores e 2 inferiores. 2 portas deverão ter chave, e todas com puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter três dobradiças cada. Deve ter reforço na colocação das prateleiras para nichos. Tamanho: 365 cm de comprimento x 295 cm de altura x 65 cm de profundidade. Com rodapé de 10 cm em MDF branco TX. Dois nichos grandes com dimensão de 135 cm de comprimento cada x 105 cm de altura, para guardar colchonetes, 8 divisórias internas na vertical e 7 divisórias na horizontal, totalizando 46 caseiros internos (caseiros com altura de 33 cm x 43 cm comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. - Armário Berçário III	UND	01	R\$ 6.965,00	R\$ 6.965,00
43	Armário em MDF branco TX de 18 mm, com 16 portas superiores e 2 inferiores. 2 portas deverão ter chave, e todas com puxadores com alça metal cromada. As portas deverão ter três dobradiças cada. Deve ter reforço na colocação das prateleiras para nichos. Tamanho: 348 cm de comprimento x 295 cm de altura x 65 cm de profundidade. Com rodapé de 10 cm em MDF branco TX. Dois nichos grandes com dimensão de 138 cm de comprimento cada x 105 cm de altura, para guardar colchonetes, 9 divisórias internas na vertical e 7 divisórias na horizontal, totalizando 41 caseiros internos (35 caseiros com altura de 33 cm x 47 cm comprimento e 6 caseiros com altura de 33 cm x 33 cm comprimento). A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. - Armário Berçário II	UND	01	R\$ 6.677,33	R\$ 6.677,33
44	Armário aéreo em MDF branco TX de 18 mm, com 4 portas de giro, com puxadores perfil Bilbao (na horizontal) com ponteira fosco alumínio. As portas deverão ter quatro dobradiças cada. Tamanho: 190 cm de comprimento x 100 cm de altura x 40 cm de profundidade. Com 12 nichos internos (comp. 45 cm x altura 32 cm), 3 divisórias na vertical e 2 na horizontal. Colocar parafuso bucha espessa nos 4 cantos do móvel para fixar na parede. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm." - Armário Berçário I	UND	01	R\$ 1.285,67	R\$ 1.285,67

Lote 10 - Bancadas					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
34	Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Tamanho: 180 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade, com duas cubas de inox. Cuba quadrada, tamanhos: 56 cm de comprimento x 34 cm de largura 18 a 20 cm de profundidade (medidas aproximadas). Cuba redonda, tamanhos: 30 cm de comprimento x 30 cm de largura 12 cm de profundidade (medidas aproximadas). Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. Móvel com uma divisória na horizontal. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão com puxadores perfil Bilbao (na vertical) com ponteira fosco alumínio. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. OBS: cuba inclusa no orçamento - Trocador Berçário I	UND	01	R\$ 3.558,67	R\$ 3.558,67
35	Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 20 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 2 cm. Tamanho: 210 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade. Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. Móvel com uma divisória na horizontal. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão, e 4 gavetas. Puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 48 cm de profundidade e corrediças em trilho oculto. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. - Trocador Berçário I	UND	01	R\$ 3.287,00	R\$ 3.287,00
36	Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Tamanho: 296 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade, com duas cubas de inox. Cuba quadrada, tamanhos: 56 cm de comprimento x 34 cm de largura 18 a 20 cm de profundidade. Cuba redonda, tamanhos: 30 cm de comprimento x 30 cm de largura 12 cm de profundidade. Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. Móvel com uma divisória na horizontal. Com 3 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão, e 4 gavetas com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 48 cm de profundidade e corrediças em trilho oculto. Com 8 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. OBS: cuba inclusa no orçamento - Trocador Berçário II	UND	01	R\$ 5.196,67	R\$ 5.196,67
37	Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Tamanho: 230 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade, com uma cuba de inox. Cuba quadrada, tamanhos: 56 cm de comprimento x 34 cm de largura 18 a 20 cm de profundidade (medidas aproximadas). Com divisória parte molhada (150 cm) e seca (82 cm). Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. Móvel com uma divisória	UND	01	R\$ 4.335,67	R\$ 4.335,67

	na horizontal. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão, e 4 gavetas com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 48 cm de profundidade e corredeiras em trilho oculto. Com 8 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. OBS: cuba inclusa no orçamento - Trocador Berçário III				
38	Bancada com tampo de granito cinza corumbá de 40 mm e pingadeira 2 cm com cantos arredondados. Bordas com 4 cm e o restante 2 cm. Tamanho: 215 cm de comprimento x 92 cm de altura total e 60 cm profundidade, com uma cuba de inox. Cuba quadrada, tamanhos: 56 cm de comprimento x 34 cm de largura 18 a 20 cm de profundidade. Com divisória parte molhada (140 cm) e seca (77 cm). Na parte superior traseira da bancada deverá ter um rodapé em granito cinza corumbá de 20 cm de altura para evitar entrada de água. Móvel com uma divisória na horizontal. Com 2 portas de correr MDF 18 mm divididas pelo comprimento do tamanho do balcão, e 4 gavetas com puxadores perfil Bilbao (na vertical nas portas e na horizontal nas gavetas) com ponteira fosco alumínio. As gavetas deverão ter medidas internas de 46 cm de comprimento x 12 cm de altura x 48 cm de profundidade e corredeiras em trilho oculto. Com 6 pés de plástico resistente. A parte traseira deverá ser fechada em HDF 6 mm. OBS: cuba inclusa no orçamento - Trocador Maternal I	UND	01	R\$ 4.186,67	R\$ 4.186,67

Lote 11 - Espelhos

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
39	Espelho 4 mm com bordas em madeira de 5 cm em todos os lados. Tamanho: 60 cm de comprimento x 95 cm de altura x 2 cm de profundidade. Deve ter suporte para colocar na parede e tampo protetor atrás." - Espelho Berçário III, Maternal I, M II e M III	UND	04	R\$ 339,33	R\$ 1.357,32
40	Espelho 4 mm com bordas em madeira de 5 cm em todos os lados. Tamanho: 230 cm de comprimento x 95 cm de altura x 2 cm de profundidade. Deve ter suporte para colocar na parede e tampo protetor atrás." - Espelho Berçário I e B II	UND	02	R\$ 1.094,67	R\$ 2.189,34

Lote 12 - Berços

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário de Referência	Valor Total Estimado
41	Berço em MDF branco TX de 18 mm de espessura. Tamanho: comprimento 105 cm X largura 67 cm x 93 cm de altura com 4 rodas nas laterais que suportem o peso do berço, colocar reforço nas laterais (pés) por dentro para colocação das rodas. Os cantos das laterais devem ser arredondados. Altura do chão até a grade lateral de 20cm. Altura da grade lateral do berço 54 cm com 10 ripas de 6 cm cada e espaço entre as ripas de 6 cm. Medidas aproximadas, medir novamente no local.	UND	12	R\$ 1.115,67	R\$ 13.388,04

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

PROPOSTA DE PREÇOS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.

Nome da Empresa:	
CNPJ:	
Endereço Completo:	
Telefone:	E-mail:

Apresentamos nossa proposta para Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Mobiliário para diversos espaços do Centro Municipal de Educação Infantil Castelo Encantado, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação dos objetos da presente licitação, conforme tabela constante do Anexo I; deste edital, pela modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº083/2023**, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

OBJETO:

ITEM	MATERIAL	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital e seus anexos.

- Nome do Banco e código; código da Agência e número da conta corrente.

É imprescindível a existência de conta bancária, visto que os pagamentos serão efetuados mediante depósito.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____

No mínimo, 60 (sessenta) dias da data limite para a entrega dos envelopes.

PRAZO DE ENTREGA: _____

Local e Data.

Representante Legal.
CPF Nº *****.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto do subitem 3.3.do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº083/2023**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaram conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em; _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa.

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA.

A pessoa jurídica (*razão social da Empresa*) _____, CNPJ nº _____, sediada na _____ (*endereço completo*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) do RG nº _____, do CPF nº _____.

DECLARA sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação; no presente processo licitatório.

DECLARA, para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores de 18(dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

DECLARA que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

DECLARA que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações;

DECLARA que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e Data.

Assinatura.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO V - DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco: _____

Nº da Agência: _____

Nº da Conta Corrente da Licitante: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo: _____

Cargo ou Função: _____

E-mail: _____

E-mail para envio do Contrato e demais atos: _____

Telefone/Celular: _____

Possui Certificação Digital para Assinatura de documentos? () sim () não

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

No dia ___/___/2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede administrativa localizada na Rua Nereu Ramos, 389, Centro, nesta cidade de Herval D'Oeste/SC representado pelo Sr. MAURO SERGIO MARTINI, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação ___/2023 na modalidade de Pregão eletrônico que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Mobiliário para diversos espaços do Centro Municipal de Educação Infantil Castelo Encantado, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação dos objetos da presente licitação. Dessa maneira em conformidade com as especificações constantes no edital.

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 3.245/2014 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Mobiliário para diversos espaços do Centro Municipal de Educação Infantil Castelo Encantado, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo o serviço de montagem e instalação dos objetos da presente licitação, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

Participante

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO.

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.2 Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será do dia __/__/2023 até __/__/2024, sendo possível as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. . Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta

Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a

cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

3.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

3.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

3.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

3.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

3.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

3.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos serão efetuados conforme Edital, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.
- 8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.
- 8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: notafiscal@hervaldoeste.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.8. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.9. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

11.1.1. Advertência

11.1.2. Multa

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 20%;

b) 10% (dez por cento) em caso da não entrega dos produtos, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

11.1.3. Suspensão

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) Não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

11.1.4. Impedimento

11.1.4.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta com o Município de Herval D'Oeste pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-se e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

11.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

11.5. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Assinatura:

Assinatura da empresa:

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2023.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023.**

ANEXO VII – DETALHAMENTO DE MARCENARIA.

Anexo disponível na página do Pregão, no site do município.